



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO CEARÁ
ESCOLA DE GESTÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EJA PARA PROFESSORES DO SISTEMA
PRISIONAL**

FRANCISCO ANTÔNIO MOREIRA LOBO

**OFICINA DE TRABALHO COM BIJUTERIA COMO INSTRUMENTO
RESSOCIALIZADOR NO INSTITUTO PRESÍDIO PROFESSOR OLAVO OLIVEIRA**

II.

**Fortaleza
2012**

FRANCISCO ANTÔNIO MOREIRA LOBO

OFICINA DE TRABALHO COM BIJUTERIA COMO INSTRUMENTO
RESSOCIALIZADOR NO INSTITUTO PRESÍDIO PROFESSOR OLAVO OLIVEIRA

II

Monografia de Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores do Sistema Prisional da Universidade Federal do Ceará, como pré-requisito para obtenção do título de especialista em Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional. Área de concentração: Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Prof^a Ms. Raquel Carine Martins Beserra.

Fortaleza
2012

OFICINA DE TRABALHO COM BIJUTERIA COMO INSTRUMENTO
RESSOCIALIZADOR NO INSTITUTO PRESÍDIO PROFESSOR OLAVO OLIVEIRA

II

Francisco Antônio Moreira Lobo

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ___/___/___

Prof^a. Orientador:
Ms. Raquel Carine Martins Beserra

Nome do aluno Orientando:
Francisco Antônio Moreira Lobo

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola
Coordenador do Curso

Prof^a Dr^a Maria José Barbosa
Coordenador Pedagógico

Dedico este trabalho a todos que, como eu, acreditam que a Oficina de trabalho com bijuteria é um Instrumento ressocializador no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II, uma das chaves que abre as portas para o privado de liberdade vencer inúmeras dificuldades no processo de mudança de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo divino dom da vida.

Aos meus pais, avós, a minha esposa Mazé e minha filha Lívia por terem me apoiado no desenvolvimento desta monografia.

À minha orientadora Prof^a. Ms. Raquel Beserra pela paciência, disponibilidade e orientação valiosa para elaboração deste trabalho.

À Secretaria da justiça e Cidadania do Estado do Ceará por ter me proporcionado participar deste curso em nível de especialização.

À Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a todos os professores, funcionários pela presteza no atendimento sempre que foi necessário.

Aos meus amigos da turma, e a todos que de alguma forma me auxiliaram.

“Quase tudo é possível quando se tem dedicação e habilidade. Grandes trabalhos são realizados não pela força, mas pela perseverança.”

(Diego Lima)

RESUMO

A presente pesquisa sobre a “Oficina de Trabalho com Bijuteria como instrumento ressocializador no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II)” tem como objetivo geral identificar de que forma a oficina contribui para a ressocialização dos privados de liberdade. Para tanto, trago como objetivos específicos: a) conhecer as dificuldades de trabalho com bijuteria no IPPOO II, b) saber a opinião dos privados de liberdade sobre a oficina de trabalho e c) estudar a relação entre a proposta da oficina e o processo da ressocialização. A Oficina de bijuterias é resultado da parceria público-privada entre a empresa Feldmann Atelier e a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS). Optou-se pela abordagem qualitativa e quantitativa. Tem-se como principal instrumento de coleta de dados o questionário, possibilitando identificar o perfil sociodemográfico dos alunos/trabalhadores, bem como as contribuições da oficina como proposta educativa com vista à ressocialização no sistema prisional. Dessa forma, os resultados da pesquisa sugerem que é necessário oferecer melhores condições na operacionalização da referida proposta de trabalho, bem como apoio na rotina dos alunos/trabalhadores, para que o processo de socialização e ressocialização sejam alcançados.

PALAVRAS-CHAVE: Oficina de trabalho. Ressocialização. Privado de liberdade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Alunos/trabalhadores confeccionando peças -----	33
FIGURA 2 – Quartzo rutilado -----	34
FIGURA 3 – Quartzo verde -----	34
GRÁFICO 1 – Raça/Cor dos apenados -----	41
GRÁFICO 2 – Idade dos apenados -----	41
GRÁFICO 3 – Escolaridade dos apenados -----	42
GRÁFICO 4 – Profissão/Função dos apenados -----	43
GRÁFICO 5 – Estado Civil dos apenados -----	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A SITUAÇÃO CARCERÁRIA, A EXECUÇÃO PENAL E AS DIVERGÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	14
2.1 A situação carcerária no sistema penitenciário brasileiro	14
2.2 A Execução Penal no Brasil	15
2.3 As divergências de execução penal brasileira	17
3. EDUCAÇÃO E TRABALHO NAS PRISÕES: avanços e desafios	18
3.1 Desafios no contexto da unidade penitenciária	19
3.2 Educação e Trabalho na Educação de Jovens e Adultos (EJA)	20
3.3 Contextos de mutações no mercado de trabalho e suas consequências para educação	21
4. A EXPERIÊNCIA DA OFICINA DE BIJUTERIA NO INSTITUTO PRESÍDIO PROFESSOR OLAVO OLIVEIRA II (IPPOO II)	23
4.1 Aspectos metodológicos da pesquisa	23
4.2 A estrutura de funcionamento da Oficina de Trabalho com Bijuterias como instrumento ressocializador no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II)	24
4.3 Educação, ressocialização e trabalho no IPPOO II	29
4.3.1 A rotina de trabalho	32
4.4 Práticas educativas no IPPOO II	35
4.5 Os sujeitos da escola fabril	38
4.5.1 Características socioeconômicas dos alunos/trabalhadores da oficina em bijuteria no IPPOO II	40
4.6 Humanização e a Pedagogia na Educação de Jovens e Adultos	46
5. ASPECTOS CONCLUSIVOS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXOS	55

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve grande avanço através da Constituição Federal de 1988, artigo 205, garantindo que, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.” (p.136). A Constituição também garante o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive, assegurando para aqueles que estão fora da faixa etária, ou seja, aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Outro avanço foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de nº. 9394/96, que nos artigos 37 e 38 estabelece parâmetros de níveis de modalidade de ensino no país e aqui, mais uma vez, ressalta-se a importância da EJA no exercício da cidadania, no desenvolvimento da pessoa humana e na qualificação para o trabalho, esta estaria como função primordial para a modalidade.

A EJA com a função reparadora traz uma perspectiva de resgate de um direito negado; já na função qualificadora uma aprendizagem contínua. Através desta modalidade ocorre uma grande transformação para a aprendizagem daqueles que estão fora da faixa etária própria, pois há maiores oportunidades de entrar no mercado de trabalho, sendo mais qualificados, exercendo o seu papel de cidadão e melhorando o seu desenvolvimento como pessoa. A LDB ratifica os preceitos constitucionais e dá uma maior garantia dos seus direitos, mostrando, assim, que as pessoas que não tiveram oportunidades, sejam elas por problemas sociais, políticos ou econômicos, podem reaver seus direitos. Observamos também que a EJA é um direito humano fundamental, principalmente quando observamos o caso da alfabetização, pois a mesma é imprescindível para o desenvolvimento das habilidades humanas, da educação contínua. De acordo com Souza e Moreira (2010)¹, em pesquisa recente de mestrado em políticas públicas sobre o Programa Brasil Alfabetizado, comentam que,

O contexto político, socioeconômico e cultural da sociedade brasileira historicamente tem impedido a homens e mulheres de concretizar o sonho de registrar a assinatura nos seus documentos, de redigir um bilhete ou uma carta para os familiares, os amigos, de ensinar as tarefas escolares dos filhos, de escrever suas poesias, suas músicas, de fazer as anotações e

¹SOUZA, Maria das Dores A; MOREIRA, Rejane M. Educação de jovens e adultos: sujeitos e trajetórias de luta pela escolarização e inclusão social, 2010. (Não paginado).

os cálculos dos preços dos produtos que consomem e de ler a bíblia. Entretanto, não desistem da concretização do sonho de domínio de leitura e de escrita.

A modalidade da educação de jovens e adultos tem vários objetivos, tais como: desenvolvimento das relações entre as pessoas, formação profissional, isto é, direcionamento para o mercado de trabalho, uma maior participação coerente, crítica e efetiva dentro das experiências da vida em comunidade.

Mais um avanço que podemos observar é com relação à autonomia que é permitida para organização, estrutura e funcionamento dos cursos da EJA, bem como na elaboração de projetos pedagógicos dos estabelecimentos que possam dialogar com a realidade dos alunos.

Outra situação positiva e muito relevante foi à implantação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (FUNDEB), Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que conta hoje com um financiamento que dá sustentabilidade a essa modalidade de ensino; trazendo, assim, uma expectativa de crescimento, desenvolvimento e integração entre os diversos níveis de ensino. Esse recurso é distribuído de acordo com a quantidade de alunos matriculados na educação básica das redes de ensino.

Todas essas conquistas são mobilizações realizadas pela sociedade civil organizada, isto é, as igrejas, os sindicatos, os representantes de cooperativas e movimentos sociais; porém, encontramos muita resistência, principalmente, quando nos referimos ao sistema penitenciário, pois, aqueles parecem não compreender que o preso retornará à sociedade após cumprir a sua pena e é este fator se torna um dos grandes motivadores da ressocialização nas unidades prisionais. Portanto, devido à falta do conhecimento intrínseco do contexto prisional e, muitas vezes, da inferência do texto legal surge à incompreensão da sociedade e do poder público.

Nessa perspectiva, cabe a todos os órgãos competentes abordar esse assunto, orientar as instituições a implantar nas prisões programas educacionais que visem estimular a aprendizagem a todos privados de liberdade, além de sensibilizar a sociedade civil organizada, os professores e demais profissionais ligados a área educacional e penitenciária para o tratamento da referida modalidade como direito.

Nesta pesquisa, o objetivo geral é analisar a oficina de trabalho com bijuteria como proposta educativa que, dentre seus objetivos, busca ressocializar os educandos no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II). Para tanto, os

objetivos específicos são: a) conhecer as dificuldades de trabalho com bijuteria; b) saber as opiniões dos privados de liberdade sobre a referida oficina e c) estudar a relação entre a proposta da oficina e a ressocialização.

A metodologia utilizada teve caráter investigativo e natureza quantitativa. O universo pesquisado foram os alunos/trabalhadores da oficina de trabalho com bijuteria, do qual foram aplicado 10 (dez) questionários no período de setembro/2012.

O presente trabalho divide-se em três capítulos, que estão dispostos da seguinte maneira: o primeiro irá abordar a situação carcerária e a política de execução penal no sistema penitenciário brasileiro. Já o segundo, refletirá sobre a relação entre trabalho e educação nas prisões, no Brasil. No terceiro e último capítulo, será tratado sobre a experiência da Oficina de Bijuteria no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II).

2. A SITUAÇÃO CARCERÁRIA, A EXECUÇÃO PENAL E AS DIVERGÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.

Neste capítulo explano de forma objetiva a situação carcerária no sistema penitenciário brasileiro, apresentando: dados, causas de superlotação e a necessidade das instituições governamentais buscarem a ressocialização; além disso, apresentar de que forma ocorre a execução penal no Brasil e, por fim, as divergências de execução penal brasileira.

2.1 A situação carcerária no sistema penitenciário brasileiro.

O crime no Brasil nos últimos anos vem crescendo de forma assustadora no ranque mundial já atingimos o 4º lugar nesta negativa situação, estamos sendo superados apenas pela China, Estados Unidos e Rússia. Assim, afirma o mestre em educação Elionaldo Fernandes Julião.

Hoje, o Brasil já possui mais de 513.802 presos, dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), 2012, o país está com uma população carcerária excedente em 69% (sessenta e nove por cento), pois este percentual é superior ao número de vagas oferecidas pelas unidades penitenciárias deste país. Essa situação converge para uma situação insuportável, porque até as delegacias estão superlotadas, aguardando abertura de vagas no sistema prisional. A superpopulação nos presídios faz com que as prisões sejam insalubres e de difícil humanização. No entanto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem tentado solucionar o problema de presos irregulares através da implantação de mutirões carcerários em diversos estados do país e o DEPEN também tem contribuído com a construção de várias unidades penitenciárias.

Dado negativo este, que afeta diretamente o comportamento da sociedade, pois o crescimento da violência traz terror, pavor, medo e tudo que possa afligir as pessoas. Sabemos também que o criminoso quando preso, além de perder a liberdade, perde também outros direitos, tais como: acesso à assistência jurídica, social e saúde, isto devido, sobretudo, à falta de condições operacionais. O Art. 10 da Lei de Execução Penal de nº 7210 elenca todos esses direitos os quais deveriam ser aplicados em sua plenitude, pois aquele que está enclausurado necessita desses direitos.

Isso vem se comprovar quando, observamos a falta de vagas nas prisões que causa a superlotação, falta de diversos programas assistenciais, ocasionando o aumento da violência dentro do cárcere, transformando-se num “barriú de pólvora”, pois a qualquer momento pode ocorrer motins ou rebeliões. De modo que a violência é muito grande, tanto física quanto material, ocasionando muitos prejuízos.

No entanto, há necessidade das instituições governamentais contribuírem no sentido de desenvolver pesquisas sobre o sistema penitenciário como meio de apoiar a execução de ações que busquem trazer melhorias para este contexto, pois o mesmo apresenta acentuadas distorções.

Por conseguinte, existe uma grande necessidade de se implantar uma política de educação para o sistema penitenciário, pois devemos nos preocupar com essa situação e buscar mecanismos para programar a educação que dentre os objetivos deve estar a ressocialização. Sabe-se que aquele que está preso não é um “coitadinho”, mas uma pessoa que cometeu um crime e, por isso, deve ser feito um trabalho, um acompanhamento sociológico e psicológico para o seu possível retorno ao convívio social.

Posto isso, fica descrito à situação carcerária no sistema penitenciário de forma clara, objetiva e, acima de tudo, com perspectiva de mudanças positivas.

Ademais, após a situação carcerária no sistema penitenciário brasileiro, discorro sobre a Execução Penal no Brasil.

2.2 A Execução Penal no Brasil

A pessoa que comete crime no Brasil, através de uma ação delituosa, ocorre nesse instante o direito para o Estado punir o sujeito infrator, o *jus puniendi* define que “O direito penal subjetivo é o direito de punir. Só o Estado poderá exercê-lo, em função do seu poder de império” (JÚNIOR, 2000, p.04). Daí o mesmo poderá passar por três etapas: o código penal, o processo penal e a LEP. De início, temos o direito penal o qual define os tipos de crime; concomitantemente com o processo penal que diz respeito ao trâmite de julgamento e, por último, a Lei de Execução Penal que define como será executada a pena.

Na verdade existe uma divergência entre os juristas, há uma corrente que defende penas mais duras, mais severas e outra que defende uma pena mais branda, principalmente para aqueles crimes de menor potencial ofensivo e, ainda, há

uma terceira corrente a favor da pena alternativa. Portanto, nesses últimos anos esta corrente tem sido muito discutida e já tem sido utilizada de alguma forma no Brasil. Para Filho, Barbosa e Porto Jr. (2006, p. 23), há outro aspecto importante:

Não podemos nos esquecer de que a prisão possui outra finalidade que ultrapassa os limites da punição. Estamos nós falando do princípio da reabilitação, ou seja, ela se propõe a ser uma instituição educativa. Sendo assim, a prisão também pode primar pelo desenvolvimento de uma educação crítica, integradora, libertadora em seu espaço. Essa é a perspectiva que acreditamos e defendemos.

Da forma que se apresenta a Execução Penal no Brasil prejudica a possibilidade de reinserção dos apenados, pois, os mesmos passam a desacreditar dos órgãos que operam a execução penal e o processo penal. Tal fato desencadeia a crescente criminalidade neste país, seja ela dentro das prisões ou fora delas. Dentro das prisões, por sua vez, a ação criminosa atua na aplicação de golpes por telefone celular simulando, sequestros, promoções, ou seja, simulação de sorteios os quais oferecem boas premiações, e, se não bastasse, existem fortes indícios dos criminosos que comandam dentro das penitenciárias o tráfico de entorpecentes, roubos a bancos, homicídios e muitos crimes tipificados no Código Penal Brasileiro (CPB).

Isso demonstra quanto o Estado está fragilizado perante o crime, pois este se organiza cada vez mais, esbarrando na própria burocracia e, assim, não consegue combater com eficiência os criminosos. Portanto, a sociedade perde com essa inoperância, quando o objetivo descrito na lei é almejado por todos não é atingido, comprometendo o processo de ressocialização.

Analisando o exposto, percebemos quanto essas etapas processuais podem ser prejudiciais à celeridade dos processos, pois o trâmite é bastante amplo e se não bastassem às divergências que existem entre os juristas, ocasionando acúmulos de processos. Com isso, poderá haver prejuízo quanto ao processo de reabilitação dos privados de liberdade e, às vezes, pode ocorrer um cumprimento maior da pena quando o sistema se apresenta inoperante.

Depois de termos analisado a política pública de Execução Penal no Brasil, vamos destacar as divergências de Execução Penal brasileira.

2.3 As divergências de execução penal brasileira.

O Estado brasileiro passou a ter um maior grau de autonomia quando as políticas públicas de Execução Penal que ficaram a cargo de cada unidade da federação. Este fator se evidenciou através da constatação da diversidade de cada região, seja ela: cultural, social e econômica. Sabemos também que existe uma grande heterogeneidade entre as unidades da federação e isso vai influenciar diretamente na aplicação dessa pena. Além disso, é preciso considerar que dentro do mesmo Estado há uma diferença nas unidades prisionais, tais como: a estrutura física e o comportamento dos próprios detentos.

Então, da forma que o sistema penitenciário vem sendo conduzido, quer dizer, além das suas peculiaridades, temos o enorme índice de analfabetos, a grande maioria das pessoas presas são pobre ou muito pobre, e as políticas dentro desse contexto não estão atendendo a real necessidade desse quadro. Dessa forma, o poder público perde o domínio e controle, pois o crime vem avançando assustadoramente, haja vista que a violência nas ruas da cidade está em alta. E, com bastante perplexidade vejo que isso, muitas vezes, vem sendo comandado de dentro das prisões expondo, assim, a fragilidade do aparato do Estado. Segundo Marcondes (2009, p.03),

O Estado democrático de direito tem o indeclinável dever de empreender políticas sociais endereçadas à construção ou ao resgate da cidadania. O princípio da não exclusão aplica-se, com especial ênfase, às pessoas que estão cumprindo pena privativa de liberdade, que, assim, têm direito aos recursos indispensáveis à superação dos obstáculos à emancipação social. Só com a oferta de uma alternativa ao delito, o Estado tem legitimidade para o exercício do *ius puniendi*. A educação, neste cenário, apresenta-se como a mais importante política emancipadora.

Contudo, a população carcerária tem crescido de maneira galopante, não pelo que se convencionou de crime de facção organizada, mas, sim, por possível falta de planejamento familiar, maior investimento na educação e no social. Esses fatores são possíveis indicadores da superpopulação nas delegacias, nos presídios, presos com penas cumpridas e ainda encarcerados, corrupção, crime organizado, dentre outros. Portanto, parece-nos certa omissão das autoridades governamentais, sejam: juízes, Ministério Público e Defensoria Pública.

No entanto, o Ministério da Justiça, através do DEPEN, vem tentando amenizar as diferenças regionais, principalmente, com relação ao aspecto econômico, assim, o Estado através de seus órgãos oferece recursos financeiros

para que sejam reformadas ou, muitas vezes, construídas novas penitenciárias. Enfim, é disponibilizado um apoio logístico e operacional. Esse apoio é amplo e traz convênios com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) através das secretarias desse órgão. Assim, a busca é incessante na tentativa de melhorar as condições educacionais dentro das prisões, ou seja, oferecer possibilidades de trabalho dentro dos presídios, portanto, há uma política para superar essas diferenças e resgatar a possibilidade de cumprimento da LEP.

Diante de tudo isso, está ocorrendo uma transformação do sistema penitenciário, passando, assim, para uma posição mais humana, mais consciente da realidade do preso enquanto pessoa.

Logo depois do exposto, início o capítulo III analisando a relação entre educação e trabalho nas prisões.

3. EDUCAÇÃO E TRABALHO NAS PRISÕES: AVANÇOS E DESAFIOS

O presente capítulo objetiva apresentar os desafios no contexto da unidade penitenciária; posteriormente, discorro sobre o contexto da EJA e do mundo do trabalho; a dinâmica de ressocialização através da educação e do trabalho no IPPOO II; as práticas educativas no IPPOO II e, em seguida, a humanização como noção da prática pedagógica.

3.1 Desafios no contexto da unidade penitenciária.

O grande desafio da educação no sistema prisional não é retirar o preso da ociosidade, mas propiciar situações de transformações, de mudanças no comportamento e no pensamento do mesmo. Enfim, a educação deve preparar o preso com vistas ao seu retorno à liberdade, a exemplo da preparação através de cursos profissionalizantes para possíveis inserções no mercado de trabalho, tanto formal como informal.

No mercado formal o egresso poderá ser aproveitado através de convênios realizados junto à Secretaria de Justiça, a outros órgãos do governo e, também, às iniciativas privadas; já no mercado informal a preparação em determinadas profissões, como: bombeiro hidráulico, eletricista predial, solda, dentre outros, trazem a possibilidade de formar trabalhadores autônomos.

Conforme contexto da informação, observamos que as escolas dentro das penitenciárias funcionam precariamente, principalmente pela falta de uma política pública educacional que atenda essa necessidade, haja vista que no sistema faltam salas de aula adequadas (isso quando existem nas unidades prisionais), há falta de interesse por parte de muitos gestores e de alguns agentes penitenciários.

Por outro lado, hoje já existe uma mudança favorável por parte das autoridades, das instituições, a exemplo disso é a maneira como o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) está realizando suas ações no campo da educação com cursos presenciais ou à distância, oferecidos para servidores administrativos e agentes penitenciários através da Secretaria Nacional de Aprendizagem (SENASP). Além desses fatores, há investimentos na reestruturação física e na instalação de novos equipamentos como detectores de metais, câmeras, viaturas, instrumento de vigilância eletrônica à distância, tais como: a pulseira eletrônica e a tornozeleira magnéticas. Segundo o professor César Barros Leal (2011, P.60):

A pulseira e a tornozeleira magnéticas são apontadas como símbolos de uma tecnologia inserida dentro do mercado livre e globalizado, assim como de uma nova era de informações que, em sua voracidade por se inovar e se superar, parece ignorar limites, assim como da tendência à expansão da rede de controle (net-widening)³², com a aplicação de novas sanções aos transgressores, a instituição e implementação de programas adicionais, o aumento e treinamento do pessoal, etc.

Enfim, devemos perceber que o texto nos revela que as dificuldades existem e devem ser trabalhadas com efetividade. Todavia, estão sendo realizadas mudanças em alguns setores do sistema penitenciário. Outros fatores positivos ações promovidas pelos gestores, como: a valorização dos servidores e/ou presos, a realização de obras de infraestrutura e a aquisição de equipamentos, tanto para o setor de segurança como para a execução da pena, digo, a pulseira e a tornozeleira magnéticas. Dessa forma, há possibilidade de redução da massa carcerária e, conseqüentemente, diminuição de gastos públicos.

Através dos desafios da educação e do trabalho prisional com suas perspectivas de transformação e de investimentos, vimos a importância de mudança da mesma e da educação e trabalho na EJA.

3.2 Educação e Trabalho na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A transformação educacional é consequência da produção, porém a educação pode provocar mudanças na sociedade através da reflexão; onde essa mediação

pode estabelecer relações com o meio social, econômico, político e cultural, ocorrendo, assim, mudança no mundo da produção.

Nesse entendimento, a educação tem uma grande responsabilidade, pois a mesma tem a possibilidade de transformação através do processo de aprendizagem na educação formal ou na educação informal o que vai influir diretamente no comportamento da sociedade e no mercado de trabalho. Dessa maneira, os professores devem estar preparados para enfrentar riscos, devem ter cuidado na apresentação das propostas de ação educativa, pois estas devem ser dialogadas com as realidades vividas. Conforme definição apresentada por Lília (2007. p. 225):

A educação formal é aquela institucionalizada, responsável pela sistematizado. É conduzida por profissionais qualificados para tal, por meio de metodologias e conteúdos. Há etapas pelas quais os educandos devem passar, nas escolas, universidades, cursos técnicos, etc. Já a educação não formal ocorre por meio de processos não institucionalizados, tais como movimentos sociais, organizações de bairros, grupos comunitários e organizações não governamentais, sendo dispensável a formação técnica de educador. Não há conteúdos ou metodologias obrigatórios, os próprios sujeitos, de acordo com sua vontade ou necessidade, definem o que e como aprender.

Contudo, devemos observar a grande importância da EJA prisional na preparação dos apenados para ingressar no trabalho, pois dependendo da função a ser desempenhada por eles, há necessidade do aprendizado da leitura e da escrita. Haja vista que a escola pode suprir a falta do trabalho na grade curricular e, assim, contribuir para que seja atingindo os preceitos da lei, pois de acordo com a LEP a instrução escolar e a formação profissional do apenado, tanto em nível de iniciação ou como de aperfeiçoamento técnico e, hoje, é a lei que proporciona ao interno o direito à remição da pena através da educação.

Portanto, observamos que o trabalho não faz parte de nenhuma disciplina como também não está na grade curricular. Nessa perspectiva, o educador tem que ter habilidade para que o tema seja transversal de forma clara e objetiva, fazendo a integração através da interdisciplinaridade. Feito isso, o trabalho é contemplado no contexto escolar, sendo possível trabalhar com o processo de aprendizagem visando à inserção do homem no mercado de trabalho.

Após análise dessa ótica, discuto sobre a importância do contexto de mudanças no mercado do trabalho e seus impactos na educação.

3.3 Contextos de mutações no mercado de trabalho e suas consequências para a educação.

As mudanças na educação estão ocorrendo devido ao interesse do mercado de trabalho, quando diante das dificuldades e das crises do capitalismo. Hoje, já há um entendimento de que existem condições favoráveis para criarmos um consenso em prol das estratégias educativas. E, com isso, fazer com que a educação seja geral, básica e não uma educação profissionalizante exclusivamente técnica.

Na verdade a educação deve ser respeitada e os governantes devem organizar uma política de Estado e não de Governo, fator que tem causado grandes prejuízos para a educação, ou seja, para toda sociedade.

Entretanto, existe uma preocupação em mudar o sistema educacional, pois as transformações tecnológicas estão acontecendo a todo instante e isso preocupa os dominantes², por consequência, o mercado de trabalho necessita de pessoas mais dinâmicas, habilidosas e capacitadas.

Por isso, o trabalhador deve acompanhar esse crescimento, para tanto, é necessário que se adquira novas competências, tais como: capacidade de pensar e deduzir no momento exato e trabalhar em conjunto, tendo, assim, uma visão de grupo. Assim, ao nos reportarmos para o contexto prisional, Jordanna (2008, p.22) nos lembra de que:

Com o benefício do trabalho, o condenado só tem a ganhar, vista que, é compensado pelos privilégios que o presídio pode oferecer aos reclusos, ou seja, à medida que os apenados atendem às exigências do padrão de comportamento prisional, podem obter benefícios, tais como: redução da pena, a cada três dias de trabalho é diminuído um dia de pena do condenado; troca de regime; direito a visitas íntimas, entre outros benefícios legais. Portanto, o trabalho dentro das unidades prisionais ocupa os condenados e, ainda, é a medida correta contra os desvios de sua imaginação, dando a estes noções de hierarquia e disciplina, obtenção de aprendizagem ou aperfeiçoamento de uma profissão, a garantia de remuneração pelo serviço prestado e a diminuição do período de cumprimento da pena. Além do caráter ressocializador que o trabalho tem, possibilitando ao condenado o retorno à sociedade de forma regenerada, estimulando de todas as maneiras possíveis sua integração na comunidade legal da qual faz parte.

Por isso, ratificamos a importância da oficina de trabalho com bijuteria como instrumento ressocializador no IPPOO II, porque os benefícios são para todos, ou seja, para os presos que irão remir suas penas, obter aprendizagem ou

² Refiro-me as pessoas que detêm o poder econômico e político.

aperfeiçoamento de uma profissão. Além disso, há remuneração pelo serviço prestado e oportunidade de reinserção social, já para a unidade prisional é possível que se desenvolva um ambiente tranquilo, harmonioso e de paz. Enfim, a sociedade poderá receber um egresso “recuperado” e consciente de seu papel no convívio social.

Terminado o exame do contexto de mutações no mercado do trabalho e na educação, iniciaremos a experiência da oficina de bijuteria no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II).

4. A EXPERIÊNCIA DA OFICINA DE BIJUTERIA NO INSTITUTO PRESÍDIO PROFESSOR OLAVO OLIVEIRA II (IPPOO II).

O presente capítulo objetivo relatar de que forma são desenvolvidos e aplicados os aspectos metodológicos da pesquisa; a experiência da oficina de trabalho com bijuterias como instrumento ressocializador no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II; a dinâmica de ressocialização através da educação e do trabalho no IPPOO II; conhecer a rotina de trabalho; as práticas educativas no Instituto; a identificação dos sujeitos da escola fabril, caracterizando-os socioeconomicamente os alunos/trabalhadores da oficina em bijuteria no IPPOO II e, finalizando este capítulo, trago uma reflexão sobre a relação entre a ideia de humanização e a pedagogia na educação de jovens e adultos.

4.1 Aspectos metodológicos da pesquisa

A pesquisa de campo foi desenvolvida através da aplicação de questionários com o foco principal de estudar de que forma a oficina de trabalho com bijuteria pode contribuir como instrumento ressocializador no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II. Para isso, realizei a pesquisa junto aos alunos/trabalhadores da Oficina, após o projeto de pesquisa ter sido aprovado pela coordenação do curso. Para tanto, meu primeiro contato foi com o diretor do presídio ao qual se esclareceu sobre os objetivos da presente pesquisa.

Depois disso, o questionário foi utilizado como instrumento de coleta de dados. Com relação às perguntas, foram abertas e de caráter subjetivo. Essa aplicação de questionários traz muitas vantagens e apresenta: anonimato, acesso rápido a amostra da população, não há necessidade de um entrevistador profissional

e, facilmente, constrói-se a tabulação, além de apresentar um custo baixo. Por outro lado, a desvantagem se apresenta na devolução de alguns questionários que ficaram em branco pelos sujeitos, segundo Pinto (2010, p.16-17):

O questionário constitutivo de uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito, tendo como objetivo adquirir informações sobre o objeto em estudo. Pode ser aplicado pessoalmente ou enviado pelo correio ou um portador, não devendo ser longo demais para não cansar e desanimar quem está respondendo.

Assim, logo foi possível identificar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores/alunos como: idade, raça, escolaridade, profissão e estado civil. Esses dados, depois de registrados e tabulados com o auxílio do programa Excel, foram levados para análise estatística, sendo analisados e confrontados com as referências teóricas da pesquisa, portanto, apresentados de forma descritiva e em forma de gráficos no corpo da monografia no último capítulo.

De acordo com a pesquisa, destacamos a relevância dos resultados da mesma e, a seguir, as características socioeconômicas dos alunos/trabalhadores da Oficina em Bijuteria no IPPOO II.

De uma maneira geral, a maioria respondeu que o trabalho traz aprendizado e tem sido muito gratificante, pois o mesmo oferece oportunidade de reinserção, tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho, além de elevar a autoestima.

A seguir apresento a experiência e a contribuição da oficina de trabalho com bijuteria como instrumento ressocializador no IPPOO II.

4.2 A estrutura de funcionamento da oficina de trabalho com bijuterias como instrumento ressocializador no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II

A Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS) tem apresentado interesse em fazer com que o preso esteja realizando alguma atividade, haja vista que a mesma busca cumprir seu papel social de inserção do preso, seja ela, educacional ou laboral. Portanto, a SEJUS vem realizando algumas atividades com o objetivo de evitar a ociosidade na unidade prisional.

A SEJUS firmou contrato com a empresa Feldmann Atelier com a finalidade de realizar atividades laborais dentro do Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II). Dessa forma, observamos que, nesta unidade, são oferecidos diversos postos de trabalhos para os presos, tais como: injetor, limpeza, preparação de árvore, classificador de peças, desbastador de sprue, esmerilhador, lixador,

soldador, polidor montador, cravador e inspetor de qualidade. A implantação para os trabalhos através de oficinas foi firmada com a empresa Feldmann Atelier, empresa fabricante de jóias em ouro, especializada na confecção de anéis de formatura, alianças de casamento e jóias em geral. A empresa já implantou dez postos de trabalho e deverá oferecer, em breve, mais de 80 vagas para serviços diretos, atendendo, assim, a necessidade da empregabilidade.

Essa parceria entre o setor público e o setor privado está possibilitando a ressocialização através do trabalho e, principalmente, inserindo uma perspectiva na vida de cada. Segundo Cornélius (2011, p.94):

A necessidade de ressocializar uma pessoa torna-se responsabilidade de todos, pois não podemos viver em isolamento. Quando se trata dos encarcerados, há verdadeiramente um interesse público para que possam ser reeducados, reinseridos à sociedade (o que tal poder não conseguiu fazer até agora).

O IPPOO II fica localizado no município de Itaitinga, BR 116, Km 17, na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará. O mesmo foi inaugurado no dia 19 de setembro de 2002, na gestão do governador Dr. Benedito Clayton de Sousa Veras de Alcântara, tendo como Secretária de Justiça a Dra. Sandra Dond Ferreira. A sua construção teve como finalidade alojar 498 privados de liberdade. Sua estrutura física é composta por um setor externo ao muro principal em que fica localizado a administração e três outros setores internos onde localizamos os setores de atendimento técnicos, como: a saúde, a assistente social, o setor educacional, o psicológico, a enfermaria e o jurídico. Além de setores laborais, como: horta, cozinha, oficina de fabricação de móveis, lavanderia, lavanderia, padaria e, em fase de iniciação, a oficina de bijuteria.

A estrutura física do presídio é composta por dez pavilhões que são denominados de “vivências”. Estas são constituídas por celas, sendo a vivência de nº 1 e nº 2 compostas de trinta celas cada uma, já as demais vivências são formadas por nove celas cada. Com essa estrutura, esta unidade aloja 600 (seiscentos) presos, apresentando um excedente populacional de cento e dois presos (102) os quais poderiam ser alocados em duas vivências (pavilhões) caso existissem.

Salientamos que o IPPOO II, atualmente é um presídio que comporta seiscentos presos nos seguintes regimes: fechado, semiaberto e presos provisórios.

Esses presos são alojados nas referidas vivências sem que haja separação entre os presos provisórios e condenados, bem como a distinção por faixa etária, sexo, delito e antecedentes criminais, para que se possa orientar a medida de segurança, a execução penal e a prisão cautelar.

Assim, há divergência entre a LEP e o Regimento Geral para as Unidades Prisionais do estado do Ceará (RGUP). Essa superpopulação traz grandes consequências negativas para o cotidiano do presídio, pois sempre apresentam problemas para a administração penal. Portanto, brigas internas entre os reclusos por conta do comando, das celas apertadas, gerando estopins que poderão ocasionar uma briga maior e até o risco de rebelião. Além destes, apresentamos outros problemas para a segurança, principalmente, com relação a desproporcionalidade entre o número de presos e o de agentes penitenciários, pois estes apresentam uma média de oito agentes por plantões, fragilizando a eficiência da segurança. Neste cenário de muita divergência e dificuldade é imprescindível que se busque condições para mudar esta realidade e aproveitar a capacidade estrutural que esta unidade tem para que se possa gerar empregos e melhorar a autoestima do preso, pois a mesma favorece a implantação de projetos de transformação e mudança de vida. Todas essas características e condições fazem com que sejam firmados convênios com órgãos públicos e empresas privadas para que o preso possa retornar ao convívio da sociedade e não reincidir no crime.

A oficina de trabalho em bijuterias, como instrumento ressocializador, leva-me a afirmar que há grande relevância em implantar o projeto. Dessa forma, cria-se uma rotina de trabalho e comportamento disciplinar na vida diária do preso, pois, este cumpre horário e obedece às regras e normas do estabelecimento prisional.

Esta pesquisa foi elaborada a partir do projeto de instalação e implantação de um pólo integrado para fabricação de bijuterias artesanais e industriais, funcionando como escola-fábrica no presídio IPPOO II. O projeto de bijuteria tem como objetivo a produção de anéis, gargantilhas, cordão, brincos, formação e capacitação do detento para que o mesmo domine uma profissão onde possa ficar apto ao mercado de trabalho ou vir a se tornar um empregador autônomo quando retornar à liberdade. Os detentos são treinados por instrutores da empresa empreendedora e, portanto, recebem certificado de capacitação em todas as etapas de aprendizagem do projeto.

Esse projeto busca atender os objetivos de inserção e ressocialização da unidade penitenciária, assim como, atende a LEP e, principalmente, contribui

diretamente com a sociedade, pois o detento quando passa a ser inserido neste projeto adquire autoestima e perspectiva de retornar ao mercado de trabalho como empregado formal ou empregado autônomo.

Dessa forma, o segmento de semijóias, bijuterias e lapidação apresentam características ideais para atender aquelas finalidades. Além disso, vem contribuindo para o desenvolvimento do artesanato, pois, esta atividade depende de habilidade manual com o auxílio de pequenas ferramentas. Sendo assim, o detento tem oportunidade de conhecer o processo de fabricação do artesanato. Portanto, esse projeto apresenta a seguinte discriminação: fundição e manufaturas industriais (semijóias); lapidação de pedras semipreciosas e manufaturas artesanais.

A Oficina de Bijuteria pode colaborar na mudança de comportamento do privado de liberdade a partir do momento que estipula horário de trabalho, isto é, horário de início e término de trabalho, como também traz uma mudança no relacionamento pessoal e moral do detento. Assim, os presos vão praticando comportamentos existentes na sociedade, pois estes são necessários para que haja harmonia no trabalho, na escola, enfim, na comunidade de forma geral. Com isso, a possível abertura do mercado de trabalho formal ou informal é importante na medida em que ele precisa sustentar a sua família de maneira digna e honesta. Essa realidade é definida, segundo Pereira, Muller e Padilha (2012, p.04), da seguinte forma:

O tratamento de prisioneiros requer atenção e trabalho multidisciplinar especializado. Os vários profissionais que integram a equipe que trabalha no interior das prisões (assistentes sociais, médicos, psicólogos, agentes penitenciários, professores e diretores) requerem um necessário nível de integração para realização de cada etapa da delicada e tensa tarefa de segurança entre prisioneiros e agentes penitenciários.

Assim, os profissionais que trabalham diretamente na tentativa de reabilitação da conduta, da mudança de vida do preso deverão ter conhecimento do dia a dia deste e da dinâmica de execução da atividade de segurança do agente penitenciário, pois, sem este, o trabalho multidisciplinar poderá não atingir sua plenitude e, portanto, não lograr êxito no tratamento dos presos.

O trabalho dentro de uma unidade penitenciária é muito complexo, haja vista que se apresentam vários desafios, podemos citar alguns exemplos: pessoas que acreditem que o preso tem possibilidade de recuperação; instalações adequadas para se realizar projetos de recuperação; sensibilidade por parte de alguns gestores,

comunicação, motivação, capacitação e treinamento para que o agente penitenciário possa participar desse processo de transformação na vida dos privados de liberdade, etc. Estes, por vezes, relatam sobre as dificuldades que enfrentam para participar de projetos. Primeiro, existe a força criminosa, digo, presos que pelo poder econômico dominam à vivência (pavilhão onde estão alojados os presos) e controlam as ações criminosas os mesmo tentam impedir que o privado de liberdade participe das diversas atividades oferecidas pela unidade e, em segundo lugar, a própria credibilidade que o privado de liberdade tem com relação às ações dentro das unidades, pois estas, muitas vezes, ficam prometendo realizar projetos e, no entanto, não passa de falácia. Outro fator que vem dificultando os trabalhos é a superlotação que gera um problema de insalubridade e a falta de assistência em geral. Conforme Cornélius (2011, p.124):

No entanto, esse atual sistema penitenciário brasileiro está muito longe de alcançar tais objetivos (ressocialização e reintegração), motivados por vários fatores. Eis-los: Não há interesse real por parte das autoridades; O poder executivo não disponibiliza verbas suficientes nem pessoas especializadas e responsáveis; A superlotação nos presídios e penitenciárias; A desumanização nos presídios e a violência do aparelho coercitivo do Estado; A inexistência de programas de ressocialização de acordo com a Lei de Execução Penal, etc. Em consequência desses fatores, o sistema prisional tornou-se ponto de convergência de tensões, tumultos, rebeliões e violência.

De acordo com o que foi apresentado, devemos fazer uma reflexão desses fatores. E, a partir daí, observar que a sociedade poderia estar cobrando melhores condições para o sistema penitenciário, pois aqueles que estão presos possivelmente retornaram para o convívio social.

Encerrado a análise sobre o funcionamento da oficina de trabalho com bijuteria como instrumento ressocializador no IPPOO II, discorro sobre a dinâmica da relação entre educação, ressocialização e trabalho através da Oficina.

4.3 Educação, ressocialização e trabalho no IPPOO II

Inicialmente, falo sobre meu envolvimento dentro do Instituto. Trabalho como agente penitenciário, sendo professor licenciado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), com mais de nove anos de experiência no sistema penitenciário dentre os quais quatro foram em sala de aula nos seguintes locais: no Instituto Penal

Paulo Sarasate (IPPS), no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira I (IPPOO I) e no Manicômio Judiciário, resultado de convênio entre a SEJUS e a SEDUC. Além disso, tive a possibilidade de passar pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDE) - convênio realizado pela SEDUC com a STDE - na função de professor-educador atuante no Centro Educacional Dom Bosco. Além disso, acompanho o desenvolvimento das atividades dentro das unidades penitenciárias e centros educacionais, portanto, adquiri, nos últimos anos, um amplo conhecimento dos respectivos sistemas.

Por esses motivos, no ano de 2010 fui convidado a desempenhar a função de coordenador da escola integral no IPPOO II onde passei dois anos à frente de diversas atividades e projetos. No início foi bastante difícil haja vista a presença de um agente penitenciário dentro da escola com aproximadamente 60 alunos/presos, os quais tinham receios de minha presença. Dessa forma, foi necessário buscar a conscientização através de diálogo e mostrar os resultados positivos que a escola poderia oferecer.

No primeiro momento, a ação foi organizar o funcionamento da escola, pois havia uma grande irregularidade em se cumprir o calendário escolar e, no segundo momento, houve a ênfase nos projetos de ressocialização. Estes, por sua vez, iniciaram-se com a laborterapia, isto é, confecção de artesanatos em tapetes, palitos, sabonetes, papéis e lã, isso até, chegamos a ser contemplados com o convênio entre CENTEC e a SEJUS, onde foram realizados cursos de bombeiro hidráulico, eletricista predial, enrolador de motor, carpinteiro e artífice em construção civil, realizados dentro da escola integral. Segundo Julião (1993, pp. 37-38),

Cabe assinalar que a importância da educação nos presídios vem ao encontro de duas finalidades tão privilegiadas pela sociedade: coibir a ociosidade nos presídios, que, segundo alguns estudos, gera maior propensão à reincidência, e dar ao condenado a oportunidade de, em futura liberdade, dispor de uma opção para o exercício de alguma atividade profissional, para a qual seja exigido um mínimo de escolarização. Assim, a opção por tirar uma grande massa da população carcerária que está na ociosidade, colocando-a em sala de aula, não constitui privilégio-como querem alguns-, mas proposta que atende aos interesses da própria sociedade.

No mês de setembro de 2011 foi apresentada a escola o projeto que poderia mudar a história da ressocialização dentro das unidades prisionais a “Oficina de

Lapidação”. A partir daí foram desenvolvidos planejamentos e, principalmente, a realização da parceria entre a empresa Feldmann Atelier e a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará a qual foi confirmada no mês de setembro de 2012, através da noção público-privado. Portanto, houve um ano de preparação, estruturação e organização.

A proposta educacional de hoje sugere que o trabalhador adquira várias competências: conhecimento, habilidades e atitudes para que possa desenvolver muitas atividades (empregos) e diversas funções, pois existe uma necessidade de que o trabalhador contemporâneo tenha formação ampla e polivalente. Conforme, Linhares (2011, p.41),

Sabe-se que os trabalhadores do sistema penitenciário possuem imenso desejo de realizarem sua formação continuada; no entanto, as formas de aprendizado sobre disciplina nos presídios, historicamente ficaram eivada de autoritarismo, base de deturpações que deságuam em fascismo. E nos deve preocupar o fato de que, se não mudarmos essas orientações, o pessoal que irá se afinizar com o trabalho que se faz no cárcere deixará crescer núcleos de autoritarismos tão perigosos como o dos apenados.

O início do processo de preenchimento das vagas de emprego, quando solicitado pelo proprietário da empresa Feldmann Atelier, ocorreu após várias pesquisas de comportamento e conduta, principalmente, por critérios adotados no ato do preenchimento da vaga, ou seja, atendimentos pelo corpo técnico que inclui o psicanalista, o psicólogo e a assistente social. Depois dessa avaliação o candidato a aluno/trabalhador vai para outra avaliação realizada pelo chefe de segurança e disciplina. Neste contexto, é realizada uma pesquisa no prontuário para saber se ele teve alguma infração após ingressar no sistema penitenciário e investigação sobre sua conduta e comportamento dentro da unidade penitenciária. Depois desse procedimento há o encaminhamento para o setor médico para avaliação de saúde do preso. Posteriormente, observam-se quais candidatos estão hábitos a preencher vagas na bijuteria.

O curso profissionalizante na verdade se inicia com apresentação do que é o projeto, fala das perspectivas de formação, do retorno que o aluno poderá obter ao participar do curso profissionalizante, da perspectiva de resultados, das normas de conduta e disciplina dentro do projeto, da bolsa formação oferecida pelo curso, da possibilidade de emprego no final do curso e, principalmente, quando da saída do preso para a progressão do regime ou para o regime aberto, onde os mesmos terão

a possibilidade de colocar seu próprio negócio ou, até mesmo, ficar empregado na Feldmann Atelier. De acordo com Julião (1993, p.45),

Cientes de que mesmo qualificados os egressos penitenciários dificilmente conseguirão se inserir no mercado formal de trabalho, em face das altas taxas de desemprego do país, torna-se fundamental refletir sobre tal proposição. Não é apenas com capacitação profissional que se conseguirá inserir um egresso penitenciário no mercado de trabalho, pois, diante do grande número de profissionais qualificados desempregados, o mercado se torna cada vez mais seletivo, priorizando novas qualificações. É importante perceber, portanto, que não se trata de criar uma escola associada ao ensino profissional, mas sim uma escola que ajude a desenvolver potencialidades que favoreçam sua mobilidade social, não se deixando paralisar pelos obstáculos que serão encontrados na relação social: em suma, uma escola que privilegie a busca pela formação de um cidadão consciente de sua realidade social.

Concluída a análise da oficina de trabalho com bijuteria como instrumento ressocializador no IPPOO II, apresento, a seguir, como acontece à rotina de trabalho dos alunos/trabalhadores da escola fabril.

4.3.1 A rotina de trabalho

A carga horária de trabalho é de seis horas diárias em atendimento a Lei de Execução Penal (LEP) e a da lei de remição, pois o trabalhador tem o direito de reduzir um dia da pena por três trabalhados. A remuneração também será de acordo com a Lei, porém, no início o aluno/trabalhador receberá a título de bolsa um valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por um período de quatro meses, o qual será distribuído em quatro etapas da lapidação das pedras e terá uma carga horária diferenciada, trabalhando, assim, seis horas por dia. Devemos também saber que os dias de aula/trabalho são: segunda-feira, terça-feira, quinta-feira e sexta-feira. Portanto, o trabalhador/aluno da bijuteria tem uma carga diferenciada para compensar as quartas-feiras não trabalhadas, pois, neste dia, ocorrem as visitas. Então, ele trabalha uma hora e meia a mais por dia.

A responsabilidade de conduzir, liberar e colocar os alunos/trabalhadores na oficina é dos agentes penitenciários que compõe a equipe de plantão. Esta realizará a referida ação logo após a abertura da cadeia. Os trabalhadores no momento que são liberados de suas respectivas celas, assim, vão para o portão principal da vivência onde são revistados e organizados em fila indiana, de cinco em cinco, para a fábrica.

A escola fabril fica localizada próxima ao setor escolar e é composta por nove salas distribuídas da seguinte forma: bijuteria industrial com uma área de 195 metros quadrados, utilizando-se de uma mão-de-obra de 83 alunos/trabalhadores, onde desempenham as atribuições de: injetor, limpeza, preparação de árvore, classificador de peças, desbastador de sprue, esmerilhador, lixador 220, lixador 360, lixador 500, soldador, montador, cravador e inspetor de qualidade; lapidação de pedras que tem área utilizada de 84 metros quadrados destinada a mão-de-obra de 43 alunos/trabalhadores os quais exercerão suas funções de acordo com o seguinte quadro: serrador, diagramador, formador, calibrador, encarretador, facetador, furador e polidor; bijuteria artesanal que tem uma área de 84 metros quadrados com o objetivo de serviço de mão-de-obra de 30 alunos/trabalhadores executando as seguintes funções: monitor de suplementos, montador de brincos e pingentes, montador de colares e pulseiras, controlador de produção e inspetor de qualidade; unidade de fundição com 72 metros de área utilizada com execução de mão-de-obra de 07 alunos/trabalhadores os quais utilizarão os seguintes equipamentos de fundição: centrífuga, rola-rola, limpador de arudes, pia, forno, balança, batedeira, inclusora, bomba de vácuo, forja e desmoldagem; refeitório com área de 84 metro quadrados com capacidade para 48 pessoas e outras dependências do bloco tais como: depósito de material de limpeza, sanitários, corredor de circulação, impressão de etiquetas e almoxarifado. Ao chegar à escola fabril vão para o refeitório onde será servido o café da manhã, lá já se encontra o técnico da empresa e a partir das sete e trinta da manhã, iniciando-se os trabalhos. Entretanto, essa dinâmica deverá ser acrescida de mais agentes penitenciários, pois a tendência é que haja maior número de alunos/trabalhadores, dirigindo-se à escola fabril³.

³ Foto 1.

Foto 1: Alunos/trabalhadores confeccionando peças.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Em seguida, os alunos/trabalhadores começam a confecção as peças em bijuterias, tais como: brincos e anéis, ficando para outro momento pingentes, gargantilhas, colares e pulseiras. Todos com gemas⁴ variadas: quartzo, citrino nas cores rosa, vermelha, rosa, fumê, opala e turmalina, entre outras colorações. Essas peças levam cerca de sete dias para montagem nas estruturas, da peça bruta até a limpeza. Esse é o prazo médio a fim de que um brinco ou anel⁵ esteja pronto para sair diretamente do IPPOO II para as lojas dos shoppings com vistas a serem comercializadas por representantes, comércio eletrônico e rede de vendedores.

⁴ Ver Foto 2 e 3. Gemas. Sf. O nome que se dá a toda pedra lapidada a qual se aplica na jóia.

Foto 2: Quartzo rutilado



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Foto 3: Quartzo verde



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Já com relação ao fardamento dos trabalhadores são iguais aos dos demais presos, porém já existe um projeto para fabricação de fardamento dos trabalhadores da fábrica, sendo assim, o fardamento dará uma maior identificação e caracterização aos trabalhadores da oficina de bijuterias.

Observamos também que, apesar da iniciativa está proporcionando aspectos positivos, a proposta de ressocialização ainda requer maior apoio financeiro e humano.

Finalizada a análise da dinâmica do funcionamento da oficina de bijuterias através do trabalho no IPPOO II, somos levados a dar ênfase às praticas educativas nesta unidade.

4.4 Práticas educativas no IPPOO II.

A prática pedagógica utilizada pelos professores no IPPOO II está dialogada com a tendência progressista libertadora e com a tendência tecnicista, pois identifiquei um complemento entre as duas práticas pedagógicas.

Na primeira, observamos que é importante para o crescimento intelectual, pessoal e de participação do educando; assim, fazendo com que o aluno se liberte de traumas, medos através da participação e da elaboração do próprio conteúdo, a partir disso, o professor poderá desenvolver uma metodologia inspirada no pensamento de Paulo Freire. A pedagogia problematizada por Freire traz uma maior compreensão e desenvolvimento da leitura de mundo, já que faz parte do processo de formação da aula. No momento que o professor interage com o aluno coloca-se em situação horizontal a fim de que possa realizar trocas de experiências, estas passam a contribuir para conscientização e interesse pela aula, ou seja, pelo estudo.

Essa prática é pensada pelos professores que ministram aulas nesta unidade prisional, embora, saibamos que há muita dificuldade em exercê-la, pois a falta de entendimento por alguns alunos traz entrave e, muitas vezes, até desinteresse devido às práticas da educação tradicional, diga-se, bancária ser hegemônicas.

De acordo com Cipriano Carlos Luckesi (2005, p. 66): “A pedagogia libertadora tem como inspirador e divulgador Paulo Freire, que tem aplicado suas ideias pessoalmente em diversos países, primeiro no Chile, depois na África”. No Brasil, tem exercido uma influência expressiva nos movimentos populares e sindicatos e, praticamente, confunde-se com a maior parte das experiências do que se denomina como “educação popular”. Há diversos grupos desta natureza que vêm atuando não somente na prática popular, mas também por meio de publicações, com relativa independência em relação às ideias originais da pedagogia libertadora. Embora as formulações teóricas de Paulo Freire se restrinjam à educação de adultos ou à educação popular, em geral.

Porém, na segunda tendência pedagógica é almejado um conhecimento técnico científico de habilidades, ações e conhecimentos específicos, assim a escola oportuniza os educandos a realizar cursos profissionalizantes de iniciação ou aperfeiçoamento, conforme reza a Lei de Execução Penal de nº 7210. Essa prática

visa à capacitação de alunos que ao sair da prisão tenham condições de produção no mercado de trabalho.

Entretanto, o IPPOO II tem projetos que merecem ser aperfeiçoados para que possa contribuir com a proposta de ressocialização, lá existem alguns cursos profissionalizantes oriundos de convênios entre a SEJUS e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico do Ceará (CENTEC), onde são realizados cursos de bombeiro hidráulico e eletricitista predial, cursos já em prática. Para tanto, está previsto mais 14 turmas com vinte alunos, distribuídas nos seguintes cursos: bombeiro hidráulico, eletricitista predial, enrolador de motor, carpinteiro e artífice em construção civil que serão realizados dentro da escola integral.

Segundo Luckesi (2005, p. 61) como um sistema social harmônico, orgânico e funcional, a escola funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas. À educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. Tal sistema social é regido por leis naturais (há na sociedade a mesma regularidade e as mesmas relações funcionais observáveis entre os fenômenos da natureza), cientificamente descobertas. Basta aplicá-las. A efetividade da “descoberta” é função da educação, mas deve ser restrita aos especialistas; a “aplicação” é competência do processo educacional comum. A escola atua, assim, no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse imediato é o de produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas. A pesquisa científica, a tecnologia educacional, a análise experimental do comportamento garantem a objetividade da prática escolar, uma vez que os objetivos instrucionais (conteúdos) resultam da aplicação de leis naturais que independem dos que a conhecem ou executam.

Feita a análise de toda essa prática pedagógica, observa-se que ela converge para uma necessidade real e que atende os pré-requisitos da lei, pois a mesma almeja a ressocialização e inclusão do privado de liberdade, ao se tornar egresso, no mercado de trabalho. Conforme Cornélius (2011, p.114),

Digno de nota é o fato de que, para esta sociedade 'perfeita', a presença de um ex-presidiário em seu meio é sinônimo de perigo, não interessa se ele está mudado ou não. O que se sabe é apenas que ele é imprestável e perigoso para a sociedade, devendo permanecer banido do convívio social. Se aos egressos é vedado o direito de exercer sua cidadania, o que se espera deles, então? Se for somente o cidadão que vota, como tem insinuado o governo, como ficam aqueles que um dia erraram, mas que agora estão lutando para ser reconhecidos como gente e cidadãos? O interessante dos políticos pelas questões ligadas às penitenciárias do Brasil, pelos seus problemas e de como solucioná-los, é notadamente comprovado [...].

Além disso, observamos que a prática dos professores, pois, hoje, há um direcionamento que antes não havia, isto é, sabemos e identificamos as estratégias e metodologias para melhor direcionar as aulas.

Contudo, devemos ficar atentos, pois ainda há muitas dificuldades, principalmente no que se diz a falta de conhecimento em lócus do trabalho dos professores pelos técnicos da Secretaria de Educação Básica (SEDUC). Esta deveria ter o conhecimento da realidade, a exemplo da dificuldade do funcionamento da escola, porque a mesma depende da estabilidade da cadeia, do contingente de agentes penitenciários no plantão do dia, da presença de um agente dentro da escola para que o mesmo dê segurança e condições para realização do trabalho em sala de aula, além disso, há falta de motivação para os professores. Com isso, os técnicos da SEDUC devem oferecer condições para que sejam aplicadas práticas pedagógicas, pois faltam professores em disciplinas específicas, certificação que não existe, falta de horários de planejamento dentro da própria unidade, além daquele planejamento que é realizado nas quartas-feiras e, finalmente, há uma ausência de apoio aos professores dessa área. Conforme, Zabala (1998, p.17),

Assim, pois, partindo desta visão processual da prática, em que estão estritamente ligados o planejamento, a aplicação e a Avaliação, teremos que delimitar a unidade de análise que representa este processo. Se, examinamos uma das unidades mais elementares que constitui os processos de ensino/aprendizagem e que ao mesmo tempo possui em seu conjunto todas as variáveis que incidem nestes processos, veremos que se trata do que se denomina atividade ou tarefa. Assim, podemos considerar atividades, por exemplo: uma exposição, um debate, uma leitura, uma pesquisa bibliográfica, tomar notas, uma ação motivadora, uma observação, uma aplicação, um exercício, o estudo, etc. Desta maneira, podemos definir as atividades ou tarefas como uma unidade básica do processo de ensino/aprendizagem, cujas diversas variáveis apresentam estabilidade e diferenciação: determinadas relações interativas professor/alunos e alunos/alunos, uma organização grupal, determinados conteúdos de aprendizagem, certos recursos didáticos, uma distribuição do tempo e do espaço, um critério avaliador; tudo isto em torno de determinadas intenções educacionais, mais ou menos explícitas.

Diante dos fatos apresentados entendemos que toda essa inoperância leva uma grande incredibilidade por parte dos alunos e, assim, contribui para a evasão, falta de qualidade e irregularidade das aulas. Uma atenção especial deve existir para que alunos, agentes penitenciários, diretores e todas aquelas pessoas que trabalham no sistema penitenciário não venham a confundir uma escola baseada na pedagogia freiriana com uma escola que “faz de conta”, como se diz na gíria dos presos “escola kaô”.

Terminada a análise das concepções em torno das práticas educativas no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II), em seguida, discorro sobre o perfil dos sujeitos da escola fabril.

4.5 Os sujeitos da escola fabril

Os sujeitos da escola fabril são os presos, os instrutores e os agentes penitenciários, pois há necessidade de participação de todos nesse processo de formação profissional. Cada sujeito tem sua importância dentro da proposta de formação; sendo necessário existir integração entre os mesmos. A seguir, vamos identificar a função de cada um.

Para participar da oficina, o preso, como já havia dito antes, terá que compor alguns critérios: o bom comportamento, não ter sofrido sanções disciplinares no respectivo mês, aptidão física, saúde mental, aceitar ir para a vivência destinada aos trabalhadores, não ter sido demitido por ato ilícito no desempenho de alguma função de trabalho dentro do presídio, ser alfabetizado (ler e escrever) e ter habilidade para o desenvolvimento das funções a serem realizadas quando estiver dentro do projeto, seja como aluno ou como trabalhador. Eles devem ser orientados a partir da disciplina e do comportamento com objetivo de desenvolver competências e habilidades. Indubitavelmente, será preciso toda essa orientação e acompanhamento devido à escola fabril possibilitar inserção e/ou reinserção, tanto no mercado de trabalho como no convívio social, no sistema penal.

Como segundo sujeito, há o instrutor que, por sua vez, irá mostrar e explicar o funcionamento da escola fabril, destacando o modo como será utilizadas as diversas máquinas pelos alunos. No momento, o instrutor se reveste da figura do próprio

empreendedor, porquanto está havendo dificuldades em conseguir um instrutor que queira desempenhar esta função. Embora já estejam sendo preparados dois trabalhadores da bijuteria para auxiliá-lo. O primeiro período de estágio é de trinta dias, aqui o aluno passará por todos os setores sob observações e avaliações com a ajuda do instrutor. Por fim, após ele ter conhecido todas as máquinas e departamentos, será identificado o setor que irá trabalhar.

E, finalmente, o terceiro sujeito, o agente penitenciário com a sua importância e participação na bijuteria. Sua função é fazer a condução dos presos da vivência para a escola fabril e, também, estar presente nas dependências da mesma com a finalidade de proporcionar segurança e disciplina; bem como, dá assistência na necessidade de algum aluno/trabalhador ser conduzido para os diversos setores de atendimento técnico da unidade. Enfim, o agente penitenciário que for designado para tal função deverá apresentar perfil e características adequadas para participar desse projeto. Assim define Linhares (2011, p.41),

Dessa forma é que o termo que antigamente era 'carcereiro' – o que mantém o encarceramento -, depois, passou para 'guarda de preso' – a conotação mudando, então, para a idéia de responsabilidade pela proteção do aprisionado. Atualmente, o termo 'agente penitenciário' que se torna Agente de Educação e Ressocialização traz a marca da ação – agente é aquele que age – no sentido não apenas da segurança, mas da ressocialização do apenado, por meio do resgate de sua educação como meio e fim.

Portanto, a escola fabril poderá ter como grande aliada o agente penitenciário desta unidade, pois a escola tem como papel preparar os alunos pedagogicamente de tal forma que estes transformem suas emoções, percepções e cognição a fim de melhorar as relações pessoais e profissionais. Assim, é possível que se tenha uma consistência maior na formação e preparação do aluno para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, a sua inserção à sociedade. Segundo observa Ferrati (1933, p.04):

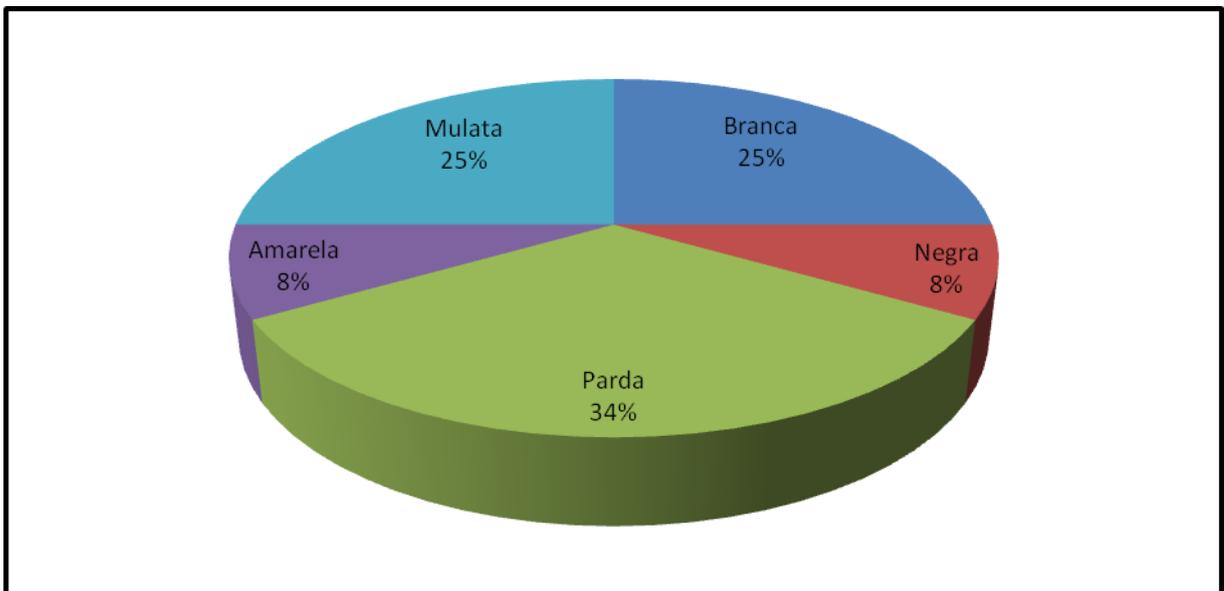
Os empresários que o subscrevem alinham-se à tese de que a modernização da produção [...] demanda, da mão-de-obra, novos requisitos que não podem ser obtidos através dos processos tradicionais de formação profissional, derivados dos esquemas de produção organizados em bases tayloristas-fordistas. A aquisição de tais requisitos dependeria [...] muito mais de uma educação geral básica do que de preparação profissional de caráter técnico e específico que vem sendo tradicionalmente oferecida à mão-de-obra brasileira mais diretamente envolvida com a produção.

Nessa perspectiva, a integração entre a educação e o trabalho faz com que haja possibilidades de sucesso no projeto de inserção e reinserção social, porém esse ponto é muito discutido e de difícil execução, pois há na prática concomitância de horários de estudo e de trabalho. No entanto, na Lei nº 12433, de 29 de junho de 2011 que altera a Lei de execuções penais dispõe acerca da remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

Após análise dos sujeitos da escola fabril, passo a destacar a relevância das características socioeconômicas dos alunos/trabalhadores da oficina em bijuteria no IPPOO II.

4.5.1 Características socioeconômicas dos alunos/trabalhadores da oficina em bijuteria no IPPOO II.

GRÁFICO 1 – Raça/Cor dos apenados que participaram da pesquisa.

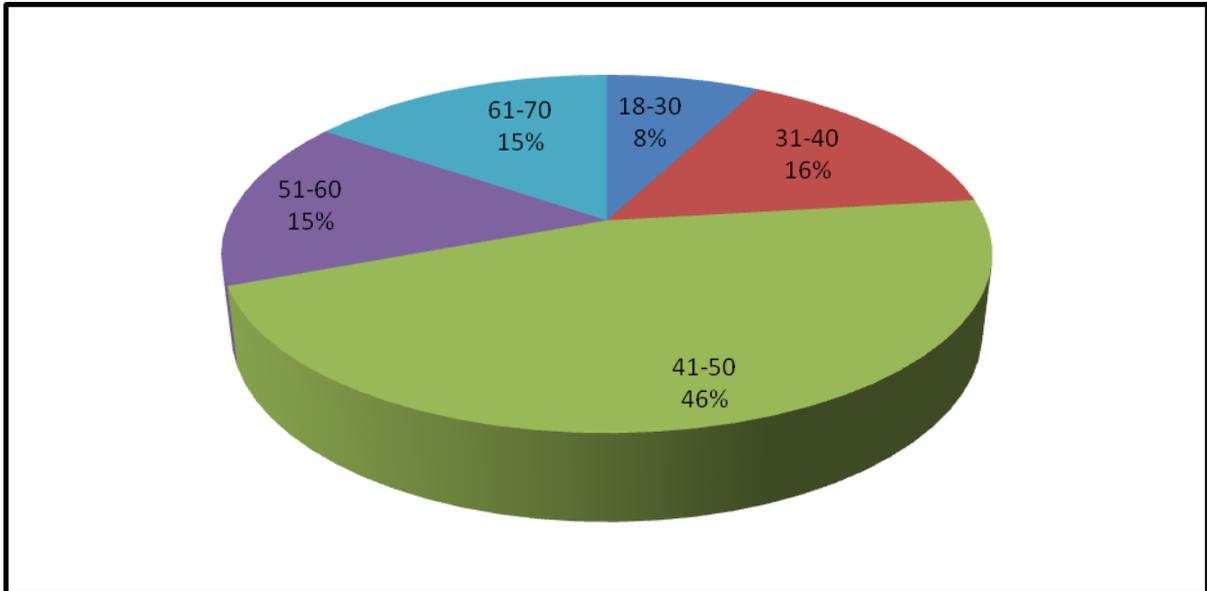


Fonte: Pesquisa realizada através de questionários em 13 de setembro, 2012, no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II.

O primeiro gráfico aponta sobre a raça dos alunos/trabalhadores da bijuteria, os pardos predominam com 34% (trinta e quatro por cento), seguido de 25% (vinte e cinco por cento) de brancos e 25% (vinte e cinco por cento) de mulatos, tendo 8% (oito por cento) representado pela cor negra e 8% (oito por cento) classificados

como amarela. Portanto, observa-se que há uma predominância de pardos, mulatos e negros. Já em relação à idade dos apenados, vejamos,

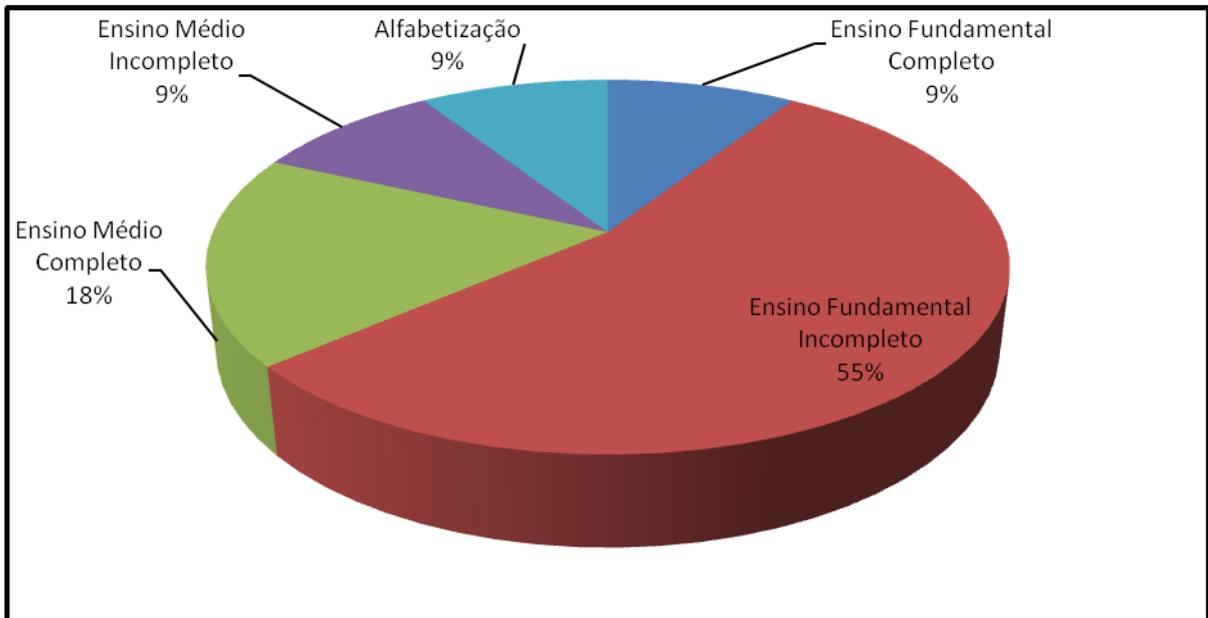
GRÁFICO 2 – Idade dos apenados que participaram da pesquisa.



Fonte: Pesquisa realizada através de questionários em 13 de setembro de 2012, no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II.

Quanto à idade dos presos que estudam/trabalham na bijuteria representam percentagem de: 8% (oito por cento) na faixa etária entre 18 à 30 anos, 16% (dezesseis por cento) na faixa etária entre 31 à 40 anos, 15% (quinze por cento) na faixa etária entre 51 à 60 anos e, por fim, 15% na faixa etária entre 61 à 70 anos. O gráfico nos mostra uma maior quantidade de adultos na faixa etária entre 31 e 40 anos, haja vista que há uma grande preocupação destes com o seu acesso ao mercado de trabalho, pois eles têm consciência da dificuldade de se conseguir trabalho com uma idade mais avançada.

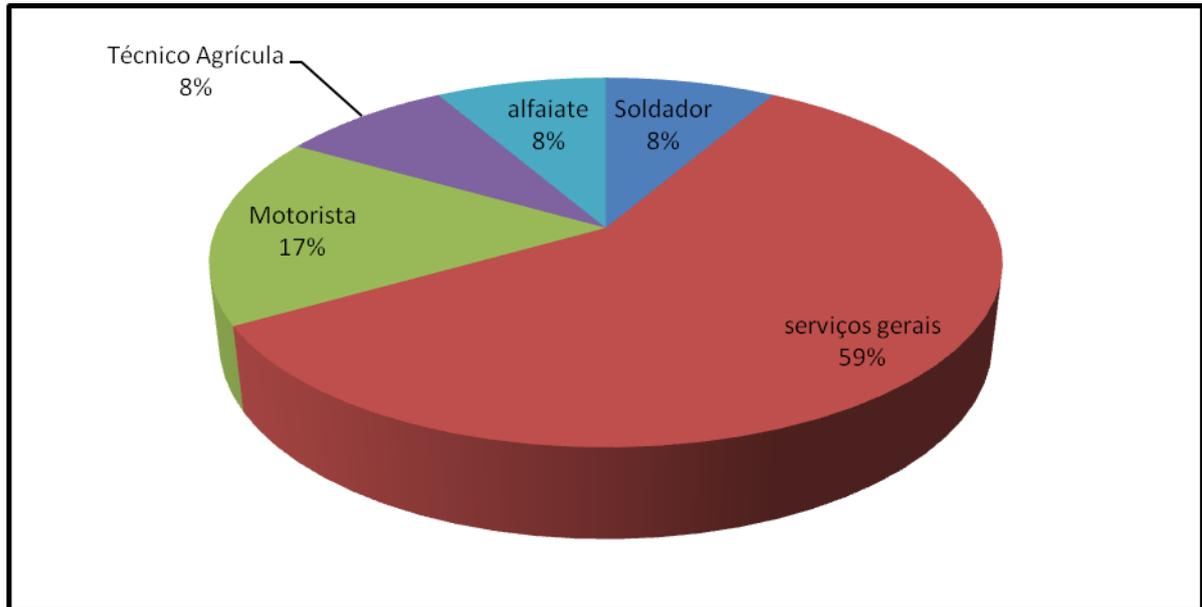
GRÁFICO 3 – Escolaridade dos apenados que participaram da pesquisa.



Fonte: Pesquisa realizada através de questionários em 13 de setembro, 2012, no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II.

Com relação à escolaridade: 18% (dezoito por cento) possuem o ensino médio completo, 9% (nove por cento) têm grau de escolaridade no ensino fundamental completo, no médio incompleto e na alfabetização. Porém, no ensino fundamental incompleto predomina com 55% (cinquenta e cinco por cento) do total. A pesquisa nos mostra através do gráfico que não foram utilizados critérios de níveis de escolarização para seleção dos alunos/trabalhadores da oficina de bijuter

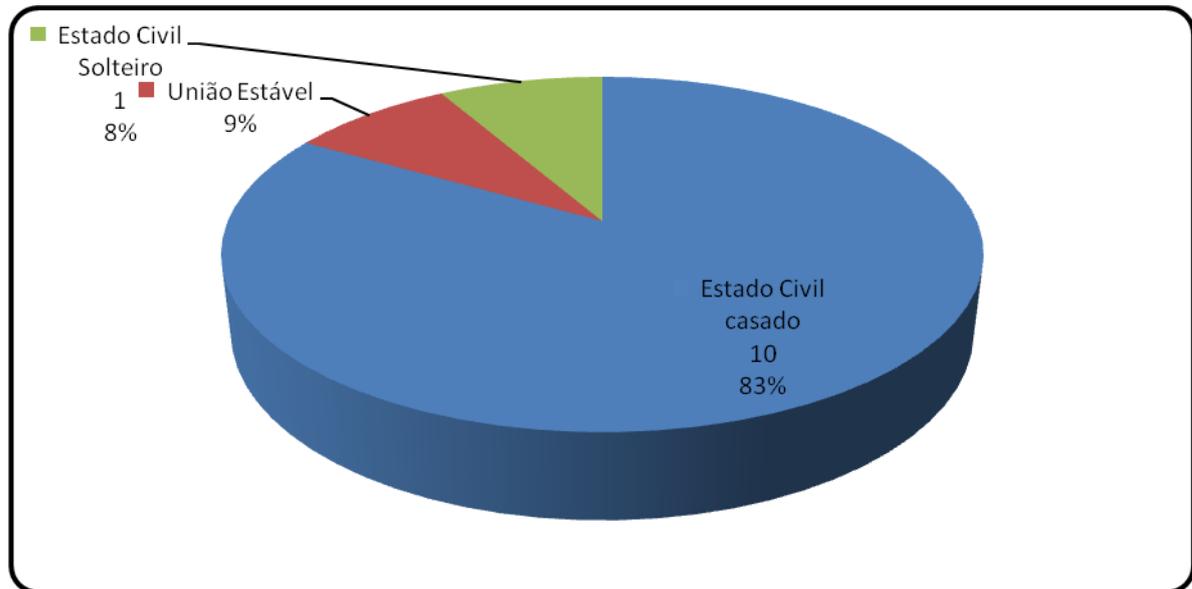
GRÁFICO 4 – Profissão/Função dos apenados que participaram da pesquisa.



Fonte: Pesquisa realizada através de questionários em 13 de setembro 2012, no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II.

Dos questionários aplicados 59% (cinquenta e nove por cento) dos entrevistados já exerceram atividades na função de serviços gerais, 17% (dezesete por cento) na profissão de motorista e 8% em atividades como: de técnico agrícola, de alfaiate e de soldador. Os dados apresentados no gráfico revelam que a maioria dos alunos/trabalhadores da oficina de bijuteria tem habilidade para exercer trabalhos diversos, inclusive manuais, o que pode favorecer no desempenho de alguma função dentro desta oficina.

GRÁFICO 5 – Estado civil dos apenados que participaram da pesquisa.



Fonte: Pesquisa realizada através de questionários em 13 de setembro de 2012, no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II.

Quanto ao estado civil 83% são casados, 9% têm união estável e 8% são solteiros. Esta representação gráfica mostra que há predomínio dos presos com relação estável, isso poderá contribuir para desempenho dentro da oficina de trabalho e, principalmente, no processo de reintegração social do apenado na medida em que há compromissos parentais.

Com relação às perguntas abertas e de caráter subjetivo, a maioria respondeu que o trabalho traz aprendizado e tem sido muito gratificante, oferecendo oportunidade de reinserção tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho, remição, não ociosidade, convívio com outros presos, além de elevar a autoestima.

E, a grande maioria dos entrevistados respondeu que não sentem dificuldades, outros afirmaram que há poucas vagas para muitos presos, este ponto é caracterizado como um obstáculo. Dentre os desafios, há: problemas de convívio oriundos do crime quando estavam em liberdade, convivência dentro das suas celas e o “crime” que não aceita a possibilidade do preso estar trabalhando fora da criminalidade, distúrbios psicológicos de ansiedade com relação à família e a sua liberdade.

Já com relação à contribuição da oficina há um processo de mudança de vida, ajudando no resgate de habitualidade para o trabalho, honestidade e aprendizado, portanto, contribuindo, principalmente, para oportunidade de trabalho quando do retornar a liberdade.

Dessa forma, a oficina de bijuteria traz muita expectativa, quebra de preconceitos, continuidade de trabalho e contribuições com outras pessoas, digo, “repassar” o conhecimento adquirido na oficina. Por fim, todos os alunos que responderam aos questionários afirmaram que desejam prover o sustento da família quando estirem em liberdade.

Seguem-se algumas respostas de alguns alunos/trabalhadores quanto à contribuição da experiência através da oficina de bijuterias: “Em primeiro lugar foi de obter mais conhecimento na minha carreira profissional, pra ganhar com a remissão de pena”. (Aluno da Oficina de Bijuterias A, trabalhador e apenado do IPPOO II, 2012). Já para outro sujeito, “Bom pra mim tem sido muito fundamental, pois eu hoje mim encontro pagando ‘cem’ (sem) erro, mais tenho a consciência que estou trabalhando com dignidade. No caminho ressocialização, que é o meu objetivo”. [Grifos meus]. (Aluno da Oficina de Bijuterias B, trabalhador e apenado do IPPOO II, 2012). Para outro, “Na oficina de bijuteria eu não vejo nehenua (nenhuma) dificuldade por que quando um homem que a prender ele aprende”. (Aluno da Oficina de Bijuteria, trabalhador e apenado C, 2012) [Grifos meus]. Ainda com o mesmo, “O bijuteria pode contribui para minha ressocialização mim dando também a oportunidade de trabalho na liberdade”. (Aluno da Oficina de Bijuteria, trabalhador e apenado C, 2012). Em consonância com os sujeitos anteriores, outro aluno relata, “Para mim e uma ótima coisa, pois amaria muito sair da prisão para trabalhar na mesma oficina que mim contro hoje”. (Aluno da Oficina de Bijuteria, trabalhador e apenado D, 2012).

Realizada a análise das características socioeconômicas dos alunos/trabalhadores da oficina em bijuteria no IPPOO II, bem como suas percepções acerca da experiência com a oficina, passo a reflexão entre a humanização e a pedagogia na EJA.

4.6 Humanização e a Pedagogia na Educação de Jovens e Adultos.

A humanização é uma realidade próxima à vocação das pessoas, vocação esta que observamos nitidamente quando a violência afora, quando a injustiça se faz presente no cotidiano dos homens, sendo assim, vocação apresentada na forma negativa e desumana. Os privados de liberdade podem sentir-se, cada vez mais, distantes da humanização, pois os mesmos estão “à mercê” de situações típicas de descasos e de falta de trabalho, liberdade de ser gente e de ser pessoa humana.

Nessa visão, há situações oprimidas e situações opressoras, conduzindo a conflitos acirrados entre oprimidos e opressores, onde os oprimidos buscam resgatar a sua condição de humanidade, de tal forma que os oprimidos não passem a serem opressores dos opressores, mas, simplesmente, seres humanos que tentam recuperar sua condição humana. Na verdade trata-se de todos aqueles que enfrentam a miséria, a fome, o desemprego e o preconceito. Segundo afirma Paulo Freire (1987, p. 17):

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que ‘hospedam’ ao opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram ‘hospedeiros’ do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade no qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica - a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização.

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” ao opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descobrem “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivem a dualidade no qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica - a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização.

As pessoas estão desprovidas de uma condição sociocultural, condição esta que caracteriza a pedagogia do oprimido, situação esta, a qual traz uma reflexão acerca de toda a opressão gerada pelas classes dominantes. Então, essa reflexão faz com que os oprimidos tenham forças para lutar e reverter esse quadro crítico e de desconforto. Portanto, através da ação de um pensamento reflexivo alegam que o grande passo a ser dado é a realização da Pedagogia Libertadora.

Todavia, nessa concepção há uma grande contradição, pois o oprimido, possivelmente, tornar-se-á um opressor. Dessa forma, apresentamos, por exemplo, uma determinada pessoa que passa boa parte de sua vida recebendo ordens e no momento que passa a condição de mandante vai aplicar todas aquelas situações de imposição, de vingança que outrora tenha passado.

Na análise da opressão, os opressores não reconhecem que os oprimidos conquistaram a libertação e, por isso, acham-se oprimidos, pois os mesmos só querem reconhecer seus direitos, seu poder, sua condição de ter mais, ou seja, sua condição de capitalista dominante. Assim, afirmam que a humanização lhes pertence e os seus opositores, seus divergentes, são todos subversivos.

No momento em que os oprimidos identificam, claramente, o opressor, e aqueles se conscientizam da necessidade de unirem-se para combater seu oponente e todos aqueles que buscam através da luta sua libertação demonstram a força que a união tem, e que a superação do medo, e da confiança em si mesmo foi alcançada.

No entanto, há necessidade de integração entre a EJA e a pedagogia do oprimido, pois aquela tem como finalidade precípua possibilitar a libertação das pessoas que não tiveram oportunidade de educação, seja na “idade certa” ou não e, portanto, existem dois sujeitos que apresentam divergências: os oprimidos e os opressores. Assim, essa modalidade veio para tentar contornar tal controvérsia através do pensamento crítico, da escrita e da leitura, interpretação de mundo, fornecendo subsídios para a ação libertadora. Assim, ressalta Paulo Freire (1987, p. 44),

Esta busca nos leva a surpreender, nela duas dimensões; ação e reflexão, de tal forma solidária, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressalte, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Dai quer dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo.

Outro fator preponderante para a humanização nesse contexto é a da ressocialização através do trabalho onde esta vai buscar fundamento na EJA e na pedagogia do oprimido. Então, aquelas pessoas que se encontram presas que não tiveram oportunidade de trabalho, passam a ter tal possibilidade e com isso afasta a injustiça, a violência, a ociosidade e, conseqüentemente, resgata a autoestima e a perspectiva de uma vida melhor.

Dessa forma, por ter o objetivo de desenvolver a integração entre a EJA e a ressocialização através do trabalho, implantou-se a oficina de bijuteria no IPPOO II a qual visa à inserção laboral do preso no contexto social. Portanto, essa ação aproxima da humanização, pois faz com que o indivíduo privado de liberdade sinta que há possibilidade de ser incluído nesse processo. Com isso, acredita-se que sendo feita uma reflexão possa trazer progresso e crescimento para a pessoa presa por vários aspectos e situações principalmente nas ações que dignificam o homem como o trabalho que transforma o dia a dia, o pensamento e acima de tudo o comportamento.

Diante do exposto, deve se observar dois fatores que são imprescindíveis para essa transformação, isto é, a ação e a reflexão, pois, sabemos se não ocorrerem tais fatores os oprimidos vão se libertar momentaneamente, já que irão se tornar pessoas de fácil manipulação. A práxis desses dois fatores é de grande importância. Depois da análise feita, vamos destacar as considerações finais.

5. ASPECTOS CONCLUSIVOS

O trabalho teve como objetivo central estudar as contribuições da Oficina de Bijuterias no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II como fator ressocializador para os sujeitos privados de liberdade.

Como aspectos importantes, observam-se o avanço que a educação de jovens e adultos teve a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Num primeiro instante os objetivos pretendidos pela EJA são: maior desenvolvimento das relações interpessoais, busca de crescimento laboral, realização na participação do cidadão e uma vida na sociedade mais harmoniosa. Isso é substanciado e ressaltado pela LDB. Portanto, hoje os resultados são apresentados de forma real, a sustentabilidade dessa modalidade de ensino é transparente e descrita através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica. Dessa forma, a mesma traz integração entre os diversos níveis de ensino e, principalmente, recursos inclusive para a educação prisional. Dado o exposto, ratificamos a importância da EJA em prisões para o propósito da pesquisa, pois a mesma busca a preparação do privado de liberdade para a reinserção tanto na sociedade como no mercado de trabalho.

A situação do cárcere no IPPOO II é bastante heterogênea, pois se trata de um presídio, onde ficam alojados presos que cumprem penas nos regimes fechado, semiaberto e provisórias, apresentando, assim, uma superpopulação onde se encontram encarcerados 600 (seiscentos) presos. Este aspecto traz sérios problemas, porque há necessidade de se atender a LEP e realizar medidas assistenciais com um contingente de agentes reduzido, isto é, a média de agentes penitenciários de plantão, é de oito servidores. Com isso, além dessa desproporcionalidade que compromete a segurança, ainda, há os atendimentos assistenciais, por exemplo, atendimento médico, odontológico, educacional, assistente social, psicológico, cursos, celebrando restauração, canto pensante e curso de dança “brack”. Enfim, deslocamento de alunos para a escola. Esses atendimentos, por sua vez, funcionam com esforço de todos os servidores da

unidade e, principalmente, com empenho e compreensão dos agentes penitenciários.

Conforme resultados da pesquisa, os sujeitos que participam deste projeto de ressocialização, através da oficina de trabalho em bijuteria, têm contribuído de forma contundente no funcionamento e na disciplina, proporcionando perspectiva de oportunidade para os alunos/trabalhadores. Além disso, tem-se a possibilidade para o desempenho das funções dentro da escola fabril. Conseqüentemente, as relações entre os sujeitos têm trazido avanços inquestionáveis que, no entanto, precisam ainda ser aprimorados de forma estruturada para garantir sua continuidade e estabilidade.

Para tanto, foi possível identificar o perfil sociodemográfico dos apenados com relação à raça, onde tive a predominância da cor parda com 34% (trinta e quatro por cento), os brancos e mulatos com 25% (vinte e cinco por cento), cada, e, outros, 8% (oito por cento) para negra e amarela. Resultado expressivo foi com relação à faixa etária dos alunos que fica entre 31 e 40 anos, mostrando a preocupação que os adultos apresentam com relação ao seu acesso no mercado de trabalho. Foi mostrado também pelo gráfico profissão/função dos apenados que eles têm habilidades para exercerem trabalhos diversos. Quanto ao gráfico do estado civil foi hegemônico identificar os sujeitos com compromissos pessoais.

Entretanto, é importante ressaltar que a Oficina de Bijuteria também influencia, positivamente, no cotidiano do aluno/trabalhador, pois há cumprimento de deveres. Sendo assim, essa prática passa a ser um exercício social a qual poderá ser levada para o convívio nas celas.

Há grande expectativa social na implantação desse projeto que contempla o apenado dentro do cárcere, não somente no sentido de afastá-lo do crime, mas de dar um direcionamento na vida laboral do interno. Nesse sentido, a partir desse momento, percebe-se que vem sendo realizado um trabalho no intuito de colaborar com a liberdade para quando o interno estiver em liberdade possa dar continuidade a prática laboral.

Dentre outros fatores, concluímos que a parceria entre a Secretaria de Justiça e a empresa Feldmann Atelier é importante, é importante como fator que possibilite a transformação na vida da pessoa presa. Todavia, são complexas as atividades laborais dentro das unidades penitenciárias, tornando-se um desafio imensurável. E,

é com essa complexidade que esse desafio torna-se gratificante e relevante para a sociedade. A visão, a eficiência e a eficácia desse trabalho são requeridas por parte de todos que participam do processo de socialização e ressocialização através da oficina de produção de semijóias.

REFERÊNCIAS

BARADEL, Carina de Barros. **Didática: contribuições teóricas e concepções de professores.** BAURU, 2007.

BRUNO, Artur. Medeiros, Jose de (Zeze). Melo, Anízio. **Leis da Educação.** Ceará, Assembleia Legislativa, 2008.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emendada Constitucional nº 62, de 10 de dezembro de 2009. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

EZEOKEKE, CornéliusOkwdili. **Penas mais rígidas: justiça ou vingança.** Fortaleza: premium, 2011.

FERRATI, Celso João. **Modernização Tecnológica, Novos Paradigmas organizacionais, Qualificação Profissional e o Sistema Público de Ensino Brasileiro.** (mimeo). Caxambu (MG), 1993.

FILHO, Antonio Ianowich. Silva, Rodrigo Barbosa. JÚNIOR, Gilson Pôrto. – Palmas, TO: **Secretaria de Educação do Estado do Tocantins / Gerência de Educação de Jovens e Adultos,** 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Raimundo Rosélio Costa. **Pão de Fel: das utopias guerrilheiras ao seqüestro de Abilio Diniz.** Fortaleza: Premium, 2004.

FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ. UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ - Curso de Direito. Jordanna Maria Bastos de Araújo Cavalcanti Feitosa. **Trabalho Prisional, Unindo a Iniciativa Pública com a Iniciativa Privada.** Fortaleza-Ce, Junho/2008.

SALES, Lília Maia de Moraes. **Educação em Direitos Humanos: Humanização e Direitos Humanos no Sistema Prisional./ Módulo IV.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes, **Política Pública de educação penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado).** Rio de Janeiro: Departamento de Educação da PUC, 1993.

JÚNIOR, Paulo José da Costa. **Distrito Federal: Curso completo 8ª Ed. Ver, e consolidada em um único volume – São Paulo: Saraiva 2000.**
Lei de Execução Penal – Lei nº 7210/84.

LINHARES, Ângela, Bravos Kelsen. **Educação no Sistema Prisional: Formação de Leitores.** Ceará; 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez editora, 2005.

PEREIRA, Haroldinei José. MULLER, Marcos Marcelo. PADILHA, Sérgio. **A escola da prisão na ótica do agente penitenciário, 2 maio de 2012.** Disponível em: <[http://www.esedh.pr.gov.br/.../ A_Escola_da_Prisao_na_Otica_do_Agente_ ...](http://www.esedh.pr.gov.br/.../A_Escola_da_Prisao_na_Otica_do_Agente_...)>. Acesso em: 15 outubro 2012.

PINTO, Ana Florência de Carvalho Martins. **Metodologia do trabalho científico:** planejamento, estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos segundo as normas da ABNT. Belo Horizonte. 2010.

SOUZA, Maria das Dores Alves. **Educação de Jovens e Adultos:** Sujeitos e Tecnologias de Luta pela Escolarização e Inclusão Social. Fortaleza; UECE, 2010.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXOS

ANEXO A - Aplicação de questionário para instrutores

Nome

Endereço

Telefone _____

Data ____/____/2012

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

IDADE

1. Data de nascimento ____/____/____

COR

1. Qual sua cor (Raça):

(1) Branca

(2) Parda

(3) Negra

(4) Amarela

(5) Mulata

GRAU DE ESTUDO

1. Até onde você estudou?

(1) Sem estudo

(2) Alfabetizada

(3) Ensino fundamental incompleto

(4) Ensino fundamental completo

(5) Ensino médio incompleto

(6) Ensino médio completo

ESTADO CIVIL

1. Qual seu estado civil?

(1) Casado

(2) Em união [vive junto, não casado]

(3) Separado/Divorciado/Desquitado

(4) Viúvo

(5) Solteiro

1ª) O que o levou a ser instrutor da oficina em bijuteria no IPPOO II?

2ª) Quais são as dificuldades se se trabalhar com bijuteria no IPPOO II?

3ª) Como a oficina em bijuteria pode resgatar e influenciar nos valores morais e sociais dos privados de liberdade no IPPOO II?

4ª) Qual o resultado que você espera alcançar com esse trabalho?

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Nome

Endereço

Telefone _____

Data ____/____/2012

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

IDADE

1. Data de nascimento ____/____/____

COR

1. Qual sua cor (Raça):

(1) Branca

(2) Parda

(3) Negra

(4) Amarela

(5) Mulata

GRAU DE ESTUDO

1. Até onde você estudou?

(1) Sem estudo

(2) Alfabetizada

(3) Ensino fundamental incompleto

(4) Ensino fundamental completo

(5) Ensino médio incompleto

(6) Ensino médio completo

ESTADO CIVIL

1. Qual seu estado civil?

(1) Casado

(2) Em união [vive junto, não casado]

(3) Separado/Divorciado/Desquitado

(4) Viúvo

(5) Solteiro

1ª) O que levou você a trabalhar na oficina de bijuteria?

2ª) Para você quais são as dificuldades em trabalhar na oficina de bijuteria?

3ª) Explique como a oficina em bijuteria pode contribuir para sua ressocialização?

4ª) Que expectativa a oficina em bijuteria traz para quando você estiver em liberdade?

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Nome

Endereço

Telefone _____

Data ____/____/2012

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

IDADE

1. Data de nascimento ____/____/____

COR

1. Qual sua cor (Raça):

(1) Branca

(2) Parda

(3) Negra

(4) Amarela

(5) Mulata

GRAU DE ESTUDO

1. Até onde você estudou?

(1) Sem estudo

(2) Alfabetizada

(3) Ensino fundamental incompleto

(4) Ensino fundamental completo

(5) Ensino médio incompleto

(6) Ensino médio completo

ESTADO CIVIL

1. Qual seu estado civil?

(1) Casado

(2) Em união [vive junto, não casado]

(3) Separado/Divorciado/Desquitado

(4) Viúvo

(5) Solteiro

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

